



AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS

EVALUATION OF LEARNING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CONCEPTIONS
AND PERSPECTIVES

Lucinéia Maria Lazaretti
Eliane Olivetti

RESUMO: Discutir a avaliação no âmbito da educação infantil é complexa dada as singularidades das práticas pedagógicas presentes neste nível de ensino e as especificidades do desenvolvimento da criança. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as concepções de avaliação da aprendizagem na educação infantil, à luz da Teoria Histórico-Cultural. A metodologia envolveu uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico-exploratório, com levantamento sobre a temática nas bases de dados online, no período de 2000 à 2020 que resultou numa análise de dados a partir de duas categorias: concepções de avaliação; principais instrumentos avaliativos. Dessa análise, aprofundamos a discussão da temática, a partir dos princípios da Teoria Histórico-Cultural a partir dos conceitos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento. Sintetizamos e concluímos essa perspectiva teórica aprofunda e contribui com o entendimento da avaliação pelo modo como compreende e explica o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança e as implicações do ensino nessa relação.

Palavras-chave: Educação Infantil; Avaliação da Aprendizagem; Teoria Histórico-Cultural.

ABSTRACT: Discussing evaluation in the context of early childhood education is complex given the singularities of the pedagogical practices present at this level of education and the specificities of child development. The general objective of this research was to analyze the conceptions of evaluation of learning in early childhood education, in the light of the Historical-Cultural Theory. The methodology involved qualitative research, of a bibliographic-exploratory nature, with a survey on the subject in online databases, from 2000 to 2020, which resulted in a data analysis based on two categories: evaluation concepts; main evaluative instruments. From this analysis, we deepened the discussion of the theme, from the principles of the Historical-Cultural Theory from the concepts of teaching, learning and development. We synthesize and conclude this theoretical perspective deepens and contributes to the understanding of assessment by the way it understands and explains the child's learning and development process and the implications of teaching in this relationship.

Keywords: Early Childhood Education; Learning Assessment; Historical-Cultural Theory.

INTRODUÇÃO

A avaliação é um componente da organização do ensino e possui uma relação direta com o planejamento do professor, ao qual se deve pensar em ações e objetivos que contemplem a criança no processo de aprendizagem e desenvolvimento. No que tange a educação infantil, ainda permanecem indagações e preocupações sobre a relação entre a avaliação e a aprendizagem da criança: Porque avaliar na educação infantil? O que avaliar no processo de aprendizagem? Como a avaliação da aprendizagem é e pode ser



realizada com crianças de 0 a 5 anos? Quais os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores? Sabemos que avaliar na educação infantil é algo complexo para muitos profissionais dessa área, como já discutido por autores como Alves (2013); Paiva e Silva (2016); Moreira e Tomazzetti (2018), e Andrade (2020).

Dessa forma, as questões acima, embora sejam objeto de muitas pesquisas, ainda se apresentam como um desafio para a maioria dos professores e pesquisadores da área da educação infantil, pois a avaliação na educação infantil é um tema complexo e com diferentes concepções.

Andrade (2020) evidencia, a partir de Hoffmann (2000), que o tema avaliação é complexo por depender das observações realizadas pelo professor a favor da criança, sendo necessário a aproximação dos professores com a realidade sócio-cultural de seus alunos. Porém, na perspectiva de Moreira e Tomazzetti (2018), o tema “educação infantil” é algo que está atualmente em pauta, mas, apesar disso, a temática avaliação nessa área continua sendo um assunto polêmico e desafiador para estudo e definição, quando considerada sua especificidade.

Diante disso, o objetivo deste artigo foi analisar as concepções de avaliação da aprendizagem na educação infantil e as implicações na prática pedagógica. A metodologia envolveu um levantamento e análise dos dados sobre a temática avaliação na educação infantil, e, num segundo momento, a partir dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, explicitamos a concepção de avaliação da aprendizagem e sua relação com o desenvolvimento da criança. Deste modo, apresentaremos a seguir a metodologia utilizada no desenvolvimento deste estudo.

PERCURSO METODOLÓGICO: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

No cenário da pesquisa sobre educação infantil e avaliação, já encontramos um acervo de dados que nos permite explicar e analisar as concepções que tem ocupado espaço no debate acadêmico sobre a temática. Assim, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico-exploratório, com coleta de dados em acervos digitais, tais como *google acadêmico*, *scielo* e o Portal de Periódicos da CAPES/MEC, no período de 2000 a 2020, com o seguinte descritor “avaliação+educação+infantil”.

A pesquisa resultou em um acervo significativo de dados de aproximadamente 70 artigos, porém, muitos artigos envolviam: avaliação de contexto, avaliação de políticas educacionais, avaliação no ensino fundamental e avaliação de indicadores de qualidade na educação infantil.

Desta forma, apresentava discussões amplas ou de outros focos sobre avaliação, distanciando-se do nosso foco que é avaliação da aprendizagem. Todavia, a busca e o cotejo do material resultaram em um total de quatro artigos que contribuiriam para a identificação e realização do nosso objetivo principal da pesquisa. Além desses quatro, acrescentamos dois artigos localizados depois desse levantamento e que adicionamos para a análise.



Abaixo, segue uma tabela com as principais obras utilizadas na pesquisa, que tratam sobre a concepção de avaliação e os instrumentos de avaliação na Educação Infantil.

TABELA 1 – Artigos e autores, utilizados durante a pesquisa sobre a avaliação.

ANO DO ARTIGO	TÍTULO	AUTORES	LINK DE ACESSO
2013	Avaliação das crianças na educação e outros processos avaliativos revelados em uma pesquisa.	Fábio Tomaz Alves.	https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroséis/article/view/1980-4512.2013n27p48
2016	Concepções de avaliação dos profissionais da educação infantil da rede pública municipal de Ituiutaba, Minas Gerais.	Celina Elisa de Paiva; Fernanda Duarte Araújo Silva.	http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/30915
2017	As interfaces da avaliação na educação infantil.	Joselma Salazar de Castro; Fabrício Zimmermann Souza.	https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroséis/article/view/1980-4512.2017v19n36p478
2018	Avaliação na educação infantil e formação contínua de professores.	Juliana Corrêa Moreira; Cleonice Maria Tomazzetti.	http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/4507
2018	Gestão escolar e avaliação em larga escala: realidades, possibilidades e desafios.	Simone Salete Sawicki; Lidiane Limana Puiati Pagliarin	https://periodicos.ufsm.br/revista/gae/article/view/32461
2020	Avaliar para quê? avaliação como instrumento de reflexão da prática docente.	Andreza Alves Andrade	https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/96

Fonte: elaboração das autoras

Após a coleta de dados, iniciamos uma análise sobre o conteúdo dos artigos, elegendo duas principais categorias de análise: *concepção de avaliação da aprendizagem na educação infantil*; *principais instrumentos avaliativos*.

Desta forma, para estruturação dos resultados da análise, desenvolvemos duas subseções, intituladas: “Avaliação e suas principais concepções”, e “Avaliação e os principais instrumentos avaliativos”.



A primeira categoria será abordada de forma apresentar as contribuições dos autores: Alves (2013); Paiva e Silva (2016); Moreira e Tomazzetti (2018), sobre a concepção de avaliação. E a segunda categoria abordará sobre os instrumentos avaliativos mais conhecidos, a partir do ponto de vista de autores como: Alves (2013); Paiva e Silva (2016); Andrade (2020). Assim, a seguir, a próxima subseção é dedicada para a abordagem da avaliação e suas principais concepções.

AVALIAÇÃO E SUAS PRINCIPAIS CONCEPÇÕES

Nesta subseção, intencionamos discutir sobre as principais concepções de avaliação utilizadas na Educação Infantil, para isso Alves (2013), Paiva e Silva (2016), e, Moreira e Tomazzetti (2018) apresentam estudos a respeito da avaliação na etapa da educação infantil.

Alves (2013), apresenta aos seus leitores quatro concepções de avaliação muito presentes no cotidiano das escolas: Avaliação diagnóstica, desenvolvimentista e classificatória; Avaliação processual, formativa e mediadora; Avaliação institucional; e, Avaliação emancipatória. Essas concepções contribuem para entender o processo de avaliação e possibilitam diferenciar as formas de como ocorre cada uma, evidenciando que avaliação não deve ser somente centrada no aluno, mas, envolver tudo e todos que fazem parte de seu processo e formação da criança (diretores, professores, coordenadores, o próprio espaço e tempo destinado em sala de aula e na instituição).

Em relação à primeira concepção destacada por Alves (2013), a Avaliação Diagnóstica, Desenvolvimentista e Classificatória é uma concepção presente no Ensino Fundamental, acarretando como uma base para as ações na Educação Infantil. Alves (2013) ainda afirma que classificar é um modelo utilizado para ranqueamento na educação básica, ocasionando impossibilidades de avanço na qualificação e aperfeiçoamento na prática do professor; o mesmo é mencionado sobre a utilização de conceitos que sugerem concepções diagnósticas e desenvolvimentista, que muitas vezes estão relacionadas a padronização, visto que mesmo defendendo um conceito de qualidade, não consideram as diferenças socioeconômicas, culturais e históricas tanto dos alunos como da instituição.

Esses apontamentos sobre a avaliação diagnóstica, desenvolvimentista e classificatória, nos remete a pensar nas avaliações de larga escala que emergiram [...] em um contexto de verificação da aprendizagem dos alunos e de certo controle de resultados, por conta dos investimentos em educação.” (SAWICKI; PAGLIARIN, 2018, p.26). A exemplo disso, temos o Sistema de Avaliação de Educação Básica - SAEB e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, que remete ao caráter diagnóstico, classificatório e padronizado.

Essas avaliações em larga escala são estabelecidas para identificar os conhecimentos dos alunos principalmente em português e matemática, ao qual os seus resultados servirão de indicadores de qualidade do ensino, servindo negativamente para ranqueamentos entre professores, escolas e alunos. Devemos complementar que as



avaliações de larga escala não são aplicadas e desenvolvidas na Educação infantil. Porém, as metas e os indicadores têm refletido em exigências na prática pedagógica desde a educação infantil.

Na sequência, a segunda concepção relatada por esse Alves (2013) refere-se a Avaliação Processual, Formativa e Mediadora, voltada para o respeito ao desenvolvimento da criança, como um processo que embasa o movimento do planejar e replanejar as ações, espaço e relações. Sendo compostas por elementos como o planejamento, a observação e o registro, que fundamentaram a análise avaliativa e o replanejamento das ações propostas pelo professor e, pode servir também de auto-avaliação para criança, como para o professor.

A terceira concepção, a Avaliação institucional, é conhecida, como alega Alves (2013), por abordar seu objetivo em transformação dos processos educativos, com requisito de melhor qualidade, ao qual o ranqueamento se faz presente, culpabilizando gestores, professores e crianças pelos fracassos escolares, tomando como referência a qualidade. Desta forma, esta concepção requer a ajuda de todos, gestores e educadores para a elaboração de estratégias que superem os problemas educacionais.

Contudo, é importante ressaltar que as avaliações institucionais “[...] não dão conta de resolver os problemas educacionais, uma vez que acabam colocando o foco sobre o produto em detrimento de uma apurada análise e intervenção no processo.” (Alves, 2013, p.5). Alves (2013), apresenta também que os testes padronizados de aprendizagem requerem condições igualitárias e regras rígidas de aplicação, desconsiderando assim os “[...]aspectos individualizados oriundos das trajetórias de vida de cada estudante testado, bem como os problemas de ordem estrutural a que estão sujeitas as instituições avaliadas.” (ALVES, 2013, p.5)

E como última concepção, o autor Alves (2013) argumenta sobre a Avaliação Emancipatória, caracterizando que em sua pesquisa alguns referenciais a associava a concepção de Avaliação Processual, Formativa e Mediadora, ou, que ela poderia ser caracterizada a respeito da participação, compreensão, apreensão e posicionamento do sujeito nas escolhas de sua aprendizagem que são influenciadas pelas condições sociais e culturais dele.

Ademais, Alves (2013, p. 5) considera:

Em suma, para romper com a lógica dominante de classificação social, precisamos entender as avaliações que são feitas sobre as crianças como parte de um processo pedagógico em movimento e sem hierarquias, no qual se possa reconhecer e construir possibilidades de emancipação social para aqueles sujeitos cujas vozes ainda se configuram como ausentes, no nosso caso, as crianças que frequentam nossas instituições de Educação Infantil.

Contudo, Moreira e Tomazzetti (2018, p. 507) abordam a avaliação como “[...] um ato intencional que envolve movimento, reflexão e transformação”. Além disso, as autoras citam que, de acordo com Moro (2012), a avaliação nesta etapa está relacionada ao meio educacional e pedagógico responsável por estimular e promover mais a



aprendizagem do que o desempenho da criança em si. Embora as autoras apresentem essa interpretação, não se especifica no texto o que seria essas aprendizagens a serem promovidas na educação infantil, que deve ser o foco da avaliação.

Em contradição a isto, as autoras Paiva e Silva (2016, p. 59) em sua pesquisa nos mostram que:

O avaliar na educação infantil precisa dar privilégios aos interesses e as necessidades de cada criança, acreditar em suas tentativas de aprender, dar valor em suas descobertas. Com essas atitudes, acreditamos que a avaliação estará centrada no aluno e no processo pedagógico.

Sendo assim, essas autoras Paiva e Silva (2016) destacam a importância da ação pedagógica avaliativa ser elaborada de modo a fornecer condições para a criança aprender, por meio de uma avaliação diagnóstica, processual e formativa. Ademais, Paiva e Silva (2016, p.60) defendem essa concepção de avaliação, relatando que avaliação deve ser:

[...] envolvida com uma aprendizagem inclusiva, em que todas as crianças tenham a oportunidade de aprender. E com isso, ressaltamos que a observação da escrita, trabalhos, organizações de diários coletivos, painéis, álbuns, elaboração de portfólio são materiais que devem estar presentes na educação infantil.

Notamos que os princípios de avaliação diagnóstica reveladas por Paiva e Silva (2016) não coadunam com a concepção destacada por Alves (2013). Enquanto as autoras destacam em sua pesquisa respostas de professores e pesquisadores que acreditam que avaliação diagnóstica serve para identificar as dificuldades de aprendizagem das crianças e determinar a presença e/ou ausência de pré-requisitos para novas aprendizagens, Alves (2013) conceitua que a avaliação diagnóstica pode estar relacionada a padronização, desconsiderando as diferenças socioeconômicas, culturais e históricas.

Além do mais, percebemos que as autoras Moreira e Tomazzetti (2018) aparentam apresentar uma diferenciação entre promover a aprendizagem da criança do que o desempenho, estando o estudo delas voltado para as práticas avaliativas e a qualificação das práticas pedagógicas de docentes que atuam com crianças menores de três anos.

Com essas ideias expostas a partir dos autores Alves (2013), Paiva e Silva (2016) e Moreira e Tomazzetti (2018), identificamos uma lacuna nos estudos em apontar sobre a função do professor no processo de organização e sistematização do ensino voltado para a especificidade da aprendizagem da criança.

Afirmamos que é a partir desse ponto que o professor deve procurar fundamentar o seu ensino de acordo com contexto social de cada criança, um trabalho que demanda do profissional um maior domínio conceitual dos processos de aprendizagem e desenvolvimento infantil, para que não ocorra um avaliação mecanizada; buscando compreender que aprendizagem e desenvolvimento não são processos independentes,



mas interdependentes, tem especificidades, e dominar isso permite que o professor tenha mais clareza sobre o que é avaliar.

No entanto, sabemos que alguns profissionais realizam esse processo de avaliação mecânica, como uma pauta burocrática de preenchimento de relatórios e pareceres, como em casos “[...] que vários docentes não sabem como avaliar, por isso, promovem apenas a mera verificação da aprendizagem” (PAIVA; SILVA, 2016, p.58). No entanto, essa compreensão de aprendizagem não corresponde a uma concepção que revele o percurso e o dever das conquistas da criança.

Somando-se a isto, Castro e Souza (2017, p.485) defendem que:

A prática pedagógica deve ser realizada por profissionais com formação específica, uma vez que, não cabe a realização de fazeres com base no entretenimento e na ocupação do tempo, envolvendo as crianças para permanecerem seguras e protegidas até o momento de suas famílias lhes buscarem. É necessário que a prática pedagógica se realize pautada em fundamentos teóricos que sustentem a promoção do conhecimento, das descobertas, que ampliem a imaginação e enriqueçam de cultura, arte e afetos a vida das crianças desde sua inserção na Educação Infantil.

Deste modo, fica evidente que a realização da prática pedagógica deve ser realizada por profissionais com formação específica e que a partir das observações expostas acima não existe uma concepção de avaliação única para os autores mencionados, sendo que cada um enfatizou conceitos diferentes, embora não explicitassem as concepções que os sustentam, como, em especial, os conceitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Com base nos dados, sintetizamos de acordo com os autores Alves (2013), Paiva e Silva, (2016) e Moreira e Tomazzetti (2018) a avaliação é um tema complexo, com muitas formas de conceber a avaliação nos espaços educacionais, além de apresentar diferentes concepções sobre o ato de avaliar, tais como: a avaliação emancipatória; a avaliação institucional; avaliação diagnóstica, desenvolvimentista e classificatória; avaliação processual, formativa e mediadora; e, a avaliação diagnóstica, processual e formativa que recaem em diferentes práticas avaliativas.

Ademais, os autores aqui presentes não mencionaram a definição de avaliação considerando o processo de aprendizagem e desenvolvimento em relação aos objetivos do processo educativo. Na sequência de apresentação dos dados da pesquisa, a próxima categoria será centrada em apresentar alguns dos instrumentos utilizados para a avaliação na educação infantil, de acordo com a coleta de dados da pesquisa bibliográfico-exploratória, exibindo algumas das ferramentas e recursos avaliativos utilizados pelos docentes na prática pedagógica.

AValiação E OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

Nos artigos pesquisados percebemos que é muito comum a associação de



avaliação com os instrumentos utilizados, tais como: relatórios, pareceres, portfólios, caderno de anotação, entre outros. Nessa perspectiva, notamos, a partir dos textos analisados, que para avaliar um dos elementos fundamentais é a observação do docente em relação às conquistas e descobertas da criança. Nos dados levantados, identificamos a presença de diferentes instrumentos avaliativos, e aqui, em nossa exposição, apresentamos os mais citados.

O primeiro instrumento é o portfólio. De maneira geral, é um recurso utilizado pelos professores para documentar os trabalhos individuais das crianças, como pesquisas, experiências, atividades em grupos e ações significativas desenvolvidas pelas crianças nos contextos educativos. É um meio de comunicação de livre acesso para a instituição e a família conhecerem o que as crianças realizam, produzem, experimentam e vivenciam dentro da sala de aula.

Paiva e Silva (2016, p.63-64), explicam sobre portfólio, demonstrando que:

[...] o portfólio é um instrumento avaliativo que possibilita ao discente, mesmo da educação infantil, participar de alguma forma da construção dos objetivos de sua aprendizagem e avaliar também avanços. Sendo assim, o portfólio proporciona benefícios tanto para o professor como para o aluno, oportunizando aos docentes conhecer cada aluno em suas especificidades.

Todavia, Alves (2013, p.9), mostra-nos uma versão diferente sobre a utilização do portfólio: “[...] parece-me que tendemos a adotar os mesmos procedimentos das tradicionais pastas de atividades, onde costumávamos colocar as produções das crianças, entregando-as às famílias, como se o conteúdo daquelas pastas falasse por si só.” Entendemos que com essa citação, Alves (2012) nos provoca a refletir que a entrega de atividades realizadas pelas crianças para seus pais como forma de avaliação, não consiste propriamente em uma avaliação já que não apresenta a relação da criança com os conhecimentos apreendidos e nem revela o processo percorrido.

Deste modo acreditamos que o portfólio pode ser um valioso instrumento que registra as manifestações da aprendizagem e desenvolvimento, porém, concordamos com Alves (2013) que esse instrumento não deve ser visto como pastas de inclusão de atividades produzidas pelas crianças, que não revelem o percurso da aprendizagem, ou seja, esse instrumento tem que apresentar critérios e objetivos que orientam o trabalho do professor e o modo como ele interpreta as conquistas realizadas pelas crianças neste processo.

Em relação aos pareceres, estes são conhecidos como instrumentos de informação a respeito das crianças, sendo mais elaborados e completos, descrevendo todo percurso individual da criança em relação aos conhecimentos apreendidos e geralmente descrevendo os comportamentos da criança. Já os relatórios são instrumentos utilizados para as narrativas do professor a respeito da criança e o seu desenvolvimento e progresso dentro da sala de aula, um instrumento complexo que deve ser elaborado de forma única para cada aluno. Ademais, destacamos que ambos são recursos que não utilizam o



conceito de notas, mas procuram descrever habilidades e capacidades da criança.

Desta forma, Alves (2013) define que pareceres seriam a forma de definir juízo de valores ao comportamento das crianças, realizando comparações; enquanto que os relatórios, têm como objetivo apenas relatar os fatos ocorridos sobre as crianças, abordando os aspectos subjetivos desse processo de avaliação, impossibilitando de eliminar completamente esses aspectos. Neste caso, ambos decorrem de uma forma burocrática de registro, como comentado por Alves (2013), em que em muitos momentos abandonam até mesmo a linguagens técnica e formal, para composição desses instrumentos, se utilizando apenas de classificação, comparação e padronização no seu modo elaborar e descrever.

Com isso, concordamos com Alves (2013) a respeito dessa redução descritiva, padronizada e comparativa na elaboração dos pareceres e relatórios. No entanto, entendemos que para avaliação ser realizada por meio de pareceres e relatórios é necessário a constante observação e reflexão do professor em relação aos seus alunos, no qual o docente deve utilizar uma documentação pedagógica adequada acompanhada de registros individuais e coletivos das crianças, procurando captar o percurso da aprendizagem das crianças.

Assim, se esses instrumentos refletirem um processo de estudo e análise individual e coletiva do grupo, articulando os objetivos orientadores e a avaliação, este profissional terá mais embasamento e controle das descobertas e das aprendizagens realizadas pelas suas crianças, conseguindo relatar em seus relatórios a especificidade do processo de apropriação e escrever os pareceres evitando a padronização, a comparação e os juízos de valores. Somando-se aos instrumentos avaliativos é importante mencionar sobre como a documentação pedagógica é desenvolvida pelo professor, sendo relacionada à avaliação e servindo de base para o contato do professor com seus alunos, pois:

A documentação é compreendida como relatos de um cotidiano das crianças, na qual o professor após o registro, interpreta, reflete e posteriormente reescreve na avaliação os processos documentados sobre o desenvolvimento da criança, suas memórias e fatos vividos na escola, além de trazer para a criança, fotos, vídeos e narrativas para elas refletirem e construir em conjunto este momento de documentação subjetiva. (ANDRADE, 2020, p.78)

Como visto, o registro é fundamental e revela a importância das observações que os docentes realizam em sala de aula e nas diversas ações de ensino realizadas também em outros espaços e situações. Paiva e Silva (2016, p. 64) comentam como a observação “[...]é a melhor maneira de coletar e registrar informações a respeito do aluno, de seus trabalhos realizados, de seus avanços no processo de ensino-aprendizagem e, até mesmo, de seu comportamento em sala de aula ou fora dela”.

Corroboramos com essa afirmação, visto que sem a observação não seria possível desenvolver uma coleta de dados e um acompanhamento enriquecedor das conquistas infantis. Compreendemos, assim, que a documentação pedagógica irá se desdobrar em



uma organização composta pelo planejar, observar, registrar e avaliar.

Além disto, Andrade (2020) em seu artigo revela informações importantes, como: 1º) Avaliação e a documentação pedagógica não são indissociáveis, mas complementares; 2º) O ato de avaliar deve garantir o respeito a criatividade da criança; 3º) Os recursos utilizados dentro da sala de aula são aspectos importantes para um processo de avaliação; 4º) É um fator interessante a criança poder ter acesso a documentação que faz referência a ela; 5º) Deve prevalecer um respeito da parte do professor ao se escrever sobre cada criança; e, 6º) É importante a autoavaliação para o profissional da educação infantil, pois possibilita melhorias dos métodos e práticas de ensino.

Em uma das questões realizadas por Paiva e Silva (2016) em sua pesquisa, as autoras perguntam aos professores o que eles fazem com o resultado das avaliações e a maioria respondeu que utiliza os resultados para melhores intervenções em sala de aula, o que remete a um dos aspectos importantes apontado por Andrade (2020), a respeito da autoavaliação e as melhorias futuras para os métodos de ensino.

Portanto com as informações citadas a respeito dos instrumentos avaliativos, foi possível perceber que alguns autores defendem os instrumentos como forma de orientação do professor, exemplo o portfólio; e, outros autores argumentam que os instrumentos são utilizados de forma a padronizar, comparar e até mesmo desqualificar.

Deste modo, com base nos dados coletados, observamos que os autores revelam uma preocupação em relação à avaliação, embora apresentem concepções diferentes sobre o tema, destacando os instrumentos avaliativos sem apresentar orientações e princípios claros de como fazer uso desses instrumentos e de como contribuem para a aprendizagem da criança.

Com isso, embora apresentem importantes contribuições a respeito do tema, não houve clareza sobre o que se entende sobre avaliação da aprendizagem e o modo como se interpreta ou infere sobre os instrumentos utilizados, reduzindo-se apenas a registros. Neste sentido, a próxima seção abordará sobre a concepção de aprendizagem e a inter-relação com a avaliação a partir da perspectiva Histórico -Cultural.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERFACES ENTRE ENSINO E DESENVOLVIMENTO

Neste tópico, o intuito é avançar na compreensão da avaliação no âmbito da educação infantil, a partir da perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, destacando os seguintes conceitos: ensino, aprendizagem e desenvolvimento. Concebemos que essa perspectiva teórica aprofunda e contribui com o entendimento da avaliação pelo modo como compreende e explica o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança e as implicações do ensino nessa relação.

A Teoria Histórico-Cultural tem como um dos seus principais objetos analisar os processos de transformação social do desenvolvimento psíquico humano. Tais processos de transformação se concretizam por meio das intervenções e mediações realizadas pelos “outros”, abrangendo as relações históricas e sociais. Castro e Galvão (2021, p. 132)



destacam duas condições para que o ocorra o processo de humanização:

[...] primeiro, é preciso entender que é pela atividade do sujeito que os elementos da cultura se tornam parte de sua individualidade e segundo, que a apropriação é resultado de um processo mediado por outros sujeitos que transmitem às novas gerações os elementos da cultura, sendo, portanto, um processo educativo.

Entendemos, dessa forma, que as crianças se apropriam dos conhecimentos por meio da relação com um adulto ou pares mais experientes, dependente, desta forma, de um contexto de ensino que pode gerar a aprendizagem e, deste modo, impulsiona o desenvolvimento humano.

Sendo assim, o ensino se caracteriza como a fonte para o desenvolvimento psíquico da criança, que para gerar novas capacidades psíquicas depende da mediação de outros sujeitos, o que na escola é efetivado, principalmente, pelo professor. Com isso, o intuito do professor é dirigir um ensino a partir de conteúdos e objetivos adequadamente selecionados que cumprem a função de mediadores no processo de formação da criança.

Contudo, no processo de aprendizagem, é necessário que o professor organize suas ações e para isso ele precisará identificar aquilo que já está constituído na criança e aquilo que está em formação, denominado por Vigotski (2001) de nível de desenvolvimento real e a área de desenvolvimento iminente. A autora Martins (2011, p. 223-224), esclarece, a partir da perspectiva de Vigotski (2001), que o nível de desenvolvimento real, seria “[...] as conexões interfuncionais já estabelecidas pela criança e que podem ser identificadas pelas tarefas e ações que ela realiza por si mesma.”

Enquanto, a área de desenvolvimento iminente refere-se às possibilidades de transformações psíquicas da criança, ao qual as condições internas não estão ainda estabelecidas e por essa razão surge o espaço de atuação do ensino. “É nesse sentido que essa área se institui como iminência de aprendizagem e desenvolvimento, como algo que está pendente, inacabado, mas em vias de acontecer.” (MARTINS, 2011, p.224)

Sendo assim, o ensino é atividade do professor e o núcleo do trabalho docente, enquanto a aprendizagem seria a atividade da criança “[...] visando à apropriação de conceitos, métodos e instrumentos cognitivos [...]” (LIBÂNEO, 2012, p.43). Ademais, Libâneo (2012) expõe em seu texto que a Teoria Histórico-Cultural, caracteriza a aprendizagem:

[...] por mudanças qualitativas na relação entre a pessoa e o mundo, pela mediação de instrumentos ou ferramentas culturais envolvendo a interação entre pessoas, culminando com a internalização de significados sociais, especialmente os saberes científicos, procedimentais e valorativos. (LIBÂNEO, 2012, p. 41)

Para isto, é importante compreender que a internalização dos instrumentos e signos culturais envolvem a interação entre as pessoas, para que desta forma aconteça o



desenvolvimento psíquico do sujeito. É neste entendimento que os signos “[...] são elementos auxiliares na solução de tarefas psicológicas, como lembrar, comparar, memorizar, recordar, selecionar, entre outras ações de atividade interna, [...]” (LAZARETTI, 2013, p. 33). Ao passo que os instrumentos físicos são os elementos auxiliares para as atividades produtivas e práticas, ou seja, os signos são responsáveis por orientar o interior, e os instrumentos orientam o exterior, provocando mudanças tanto na natureza como na formação psíquica da criança.

Neste processo, o desenvolvimento psíquico da criança acontecerá pela apropriação dos conhecimentos, das relações com o social, com o outro, como processos intersíquicos que nas interações com o meio externo e as pessoas a sua volta, colaborará para a internalização da criança.

A internalização dos instrumentos e signos, como mediadores da aprendizagem da criança, permite que essas objetivações da cultura humana, possam ser apropriados e reproduzidos na criança, tornando-se intrapsíquicos, ou seja, convertendo-se em conquistas das crianças (VIGOTSKI, 2001). Portanto, a internalização dos instrumentos e signos como conteúdo da experiência humana, para serem apropriados, depende do modo como organizamos a vida da criança, ou seja, depende do ensino e de intervenções qualificadas pela ação docente.

A partir dos apontamentos discorridos anteriormente sobre os conceitos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento, compreendemos que a avaliação deve ser pensada, elaborada e organizada orientada por objetivos de aprendizagem a partir dos níveis de desenvolvimento da criança. É preciso considerar e identificar o percurso de aprendizagem já efetivado pela criança para mirar e direcionar para as conquistas possíveis, a depender do período de desenvolvimento da criança.

Castro e Galvão (2021, p.135), revelam que é “[...] por meio do ensino, que se desencadeia em situações de aprendizagem, é que se dá o desenvolvimento da criança, ou seja, o processo de desenvolvimento não coincide com a aprendizagem, mas o antecede para promovê-lo”. Demonstrando desta forma que a aprendizagem e desenvolvimento não são simultâneos, mas, existe uma interdependência, sendo a aprendizagem a responsável por acarretar o desenvolvimento psíquico da criança, formando as características humanas constituídas historicamente ((VIGOTSKI, 2001).

Por essa perspectiva, a avaliação é constituída como atividade mediadora no interior da prática educativa, se interpondo entre o ensino e a aprendizagem. Neste sentido, a avaliação não deve ter como propósito quantificar a aprendizagem, mas qualificar as apropriações que as crianças alcançaram durante a processo de ensino, orientado por objetivos, conteúdos, estratégias, recursos, no qual o professor pode pensar e repensar para que ocorra um aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem no contexto escolar. Deste modo:

Ao passo que se compreende a criança, que relações ela estabelece com a realidade, é possível identificar quais conteúdos irão possibilitar a promoção de seu desenvolvimento, especificamente, o que ensinar e



quais encaminhamentos metodológicos serão necessários para atingir esta finalidade. (CASTRO; GALVÃO, 2021 p.133)

As autoras Castro e Galvão (2021 p.139), evidenciam a avaliação como: “[...] atividade mediadora entre a atividade de ensino e a atividade de aprendizagem, constituiu-se como possibilidade de materializar o objeto da educação, ou seja, produção da humanidade dos sujeitos por meio da apropriação das objetivações humanas.”. Portanto, compreendemos que o avaliar na educação infantil é uma ação mediadora na relação entre o ensino e a aprendizagem, auxiliando o professor a perceber o desenvolvimento das crianças, o percurso percorrido para se alcançar as novas aprendizagens e os desafios e dificuldades enfrentadas.

Assim, de posse dessa concepção histórico-cultural de avaliação da aprendizagem na educação infantil, o professor, consciente desses pressupostos, pode eleger quais instrumentos avaliativos podem ser mais favoráveis aos registros desse percurso e observar, registrar e compor um olhar mais atento às aprendizagens e as conquistas das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi desenvolvido e elaborado com a finalidade de analisar as concepções de avaliação da aprendizagem na educação infantil. Para isso, recorremos a uma coleta de dados em acervos digitais que resultou em duas categorias de análise: concepção de avaliação da aprendizagem na educação infantil e, principais instrumentos avaliativos.

Deste modo, conseguimos desenvolver e discutir que a avaliação no âmbito da educação infantil é um tema complexo, com muitas formas de se conceber a avaliação no âmbito educacional, além de apresentar diversas formas de avaliar, sendo algumas delas: a avaliação emancipatória; a avaliação institucional; a avaliação diagnóstica, desenvolvimentista e classificatória; avaliação processual, formativa e mediadora; e, a avaliação diagnóstica, processual e formativa.

Em relação aos instrumentos e recursos avaliativos, nossa pesquisa apontou que muitos autores revelam uma preocupação com a avaliação, apresentando concepções diferentes sobre o tema e destacando alguns instrumentos avaliativos, como: portfólios, pareceres e relatórios. Porém, esses autores não apresentaram orientações e princípios de como fazer uso dos instrumentos e recursos avaliativos ou de como esses instrumentos podem contribuir para a aprendizagem da criança.

Com a necessidade de avançar numa concepção crítica de avaliação, recorreremos à perspectiva histórico-cultural, para compreender as relações entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento como conceitos-chave para compreender a avaliação na educação infantil.

A partir dessa abordagem, sintetizamos alguns princípios orientadores da avaliação na educação infantil:



- a) os conceitos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento são nucleares para compreendermos a avaliação;
- b) o ensino é uma atividade orientada por objetivos e conteúdos e intencional do professor que, na efetivação de ações de ensino, pode resultar em aprendizagem na criança, a partir da apropriação do acervo cultural da humanidade, e é essa apropriação que determina o desenvolvimento qualitativo do psiquismo infantil;
- c) a avaliação da aprendizagem será orientada pelo nível de desenvolvimento real da criança e a área de desenvolvimento iminente, envolvendo a atuação dos instrumentos simbólicos e físicos, para que desta forma ocorra a apropriação intersíquica da criança e a transformação intrapsíquica, ou seja a partir do contexto social, histórico e cultural, a criança internaliza e realiza suas conquistas que se efetivam em aprendizagem e a desenvolvem;
- d) os instrumentos avaliativos são eleitos a depender dos critérios e das concepções que possam orientar o professor em sua prática profissional, e portanto, o professor pode se munir de diferentes instrumentos, desde que o seu olhar seja orientado por princípios avaliativos conscientes.

Concluimos na expectativa de contribuir com o aprofundamento da concepção de avaliação da aprendizagem na educação infantil, auxiliando na compreensão de suas especificidades e possibilitando novos diálogos sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fábio Tomaz. Avaliação das crianças na educação e outros processos avaliativos revelados em uma pesquisa. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 15, n. 27, jan./jun. 2013.

ANDRADE, Andreza Alves. Avaliar para quê? avaliação como instrumento de reflexão da prática docente. **Humanidade e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 29, dez. 2020.

CASTRO, Tainara Pereira; GALVÃO, Ana Carolina. Avaliação na educação infantil: contribuições a luz da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico cultural. **Polyphonia**, Espírito Santo, v. 32, n. 2, 2021.

CASTRO, Joselma Salazar de; SOUZA, Fabrício Zimmermann. As interfaces da avaliação na educação infantil. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 19, n. 36, dez. 2017.

LAZARETTI, Lucineia Maria. A organização didática do ensino na educação infantil: implicações da teoria histórico-cultural. 2013. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Ensinar e aprender, aprender e ensinar: o lugar da teoria e da prática em didática. *In*: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. (Org.). **Temas de Pedagogia**: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.



MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica. 2011. **Tese** - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru 2011.

MOREIRA, Juliana Corrêa; TOMAZZETTI, Cleonice Maria. Avaliação na educação infantil e formação contínua de professores. **Estudos Em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 71, maio/ago. 2018.

PAIVA, Celina Elisa de; SILVA, Fernanda Duarte Araújo. Concepção de avaliação dos profissionais da educação infantil da rede pública municipal de Ituiutaba, Minas Gerais. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 14, n. 2, jul./dez. 2016.

SAWICKI, Simone Salete; PAGLIARIN, Lidiane, Limana Puiati. Gestão escolar e avaliação em larga escala; realidades, possibilidades e desafios. **Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, RS, v. 7, n. 16, set/dez. 2018.